



Autor
J. U. Jacoby Fernandes

CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO

Área específica
Direito Público.

Público-alvo
Todos da área jurídica.

O estudo que este livro condensa procura sistematizar de forma objetiva as possibilidades de contratação direta sem licitação.

Executar leis não é privilégio do Poder Executivo. Todas as atividades administrativas, dos três poderes e de todas as esferas do governo, exercem esse mister, fato que bem demonstra a necessidade de dinamização e popularização dos processos de interpretação das leis, para que não fiquem restritos ao seletíssimo círculo dos hermeneutas.

Os procedimentos e as exegeses consagradas pelo Tribunal de Contas da União, além de outras Cortes de Contas, têm atendido a essas necessidades, faltando, contudo, um processo de sistematização que facilite a compreensão. O objetivo que se pretende, nas páginas a seguir, é estabelecer, com base na melhor jurisprudência e doutrina, um norte seguro para a contratação direta sem licitação no âmbito da Administração Pública em sua mais larga acepção.

Foram inseridas noções teóricas, elementares e suficientes para lembrar ou recordar os parâmetros à interpretação da Lei de Licitações e Contratos. No capítulo segundo, apresenta-se uma síntese das modalidades de licitação e critérios para a sua utilização. Nos capítulos seguintes, examinam-se os dispositivos desse diploma que tratam da dispensa e da inexigibilidade de licitação. Acresceu-se, ainda, um capítulo tratando dos procedimentos que não podem deixar de ser adotados na contratação direta.

Formato: 17x24 cm
CÓDIGO: 10000959

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, J. U. Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação: inexigibilidade de licitação: procedimentos para a contratação sem licitação; justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; comentários às modalidades de licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 10. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 697 p. (Coleção Jacoby de Direito Público; v. 6). ISBN 978-85-450-0126-3.

J17c

Jacoby Fernandes, J. U.

Contratação direta sem licitação; dispensa de licitação; inexigibilidade de licitação; procedimentos justificativa de preços; inviabilidade de competição; emergência; fracionamento; parcelamento; co licitação, inclusive o pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta / Jo ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

697 p.
ISBN 978-85-450-0126-3

1. Contrato administrativo - Brasil. 2. Licitação pública - Brasil. 3. Brasil. [Lei de licitação (1993)] Público. II. Título.

CDD: 342.81 CDU: 351.12(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
NOTA À 10ª EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	27
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO DIRETA	31
Constituição Federal	33 1.1.
art. 22, incisos XXI e XXVII – normas gerais	33 1.1.1.
competência legislativa do Distrito Federal e dos municípios	35 1.1.2.
normas de natureza supletiva	36 1.1.3.
conclusão parcial	37 1.1.4.
art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal	37 1.1.5.
a contratação direta e a legislação não federal	38 1.1.6.
alienação de bens	39 1.1.7.
art. 115 da Lei nº 8.666/1993	39 1.1.8.
art. 117 da Lei nº 8.666/1993	40 1.1.9.
art. 118 da Lei nº 8.666/1993	43 1.1.10.
art. 119 da Lei nº 8.666/1993	43 1.1.11.
boas práticas na aplicação dos arts. 115, 117, 118 e 119	48 1.1.12.
Processo e procedimento	52 1.1.12.1.
agências reguladoras	52 1.1.13.
conselhos de fiscalização do exercício de profissão regulamentada	53 1.1.14.
serviços sociais autônomos – Sistema “S”	54 1.1.15.
sistema de contrato de gestão	55 1.1.16.
uso de recursos federais pelos estados e municípios	56 1.1.17.
uso de recursos públicos por entidades privadas	56 1.1.18.
aplicação de recursos internacionais	57 1.1.19.
Conceitos fundamentais	57 1.2.
contratante e contratado	58 1.2.1.
imprensa oficial	59 1.2.2.
CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO	61
Convite	65 2.1.
noções gerais	65 2.1.1.

conceito	65 2.1.2.
fase de habilitação no convite?	66 2.1.3.
consulta ao SIAFI	67 2.1.3.1.
habilitação tradicional	67 2.1.3.2.
convidar só habilitados	68 2.1.3.3.
o que deve ser exigido para a habilitação no convite?	69 2.1.4.

10 J. U. JACOBY FERNANDES

a regra deve ser a redução de documentos	69 2.1.4.1.
documentos que não podem deixar de ser exigidos	69 2.1.4.2.
peças físicas.....	71 2.1.4.3.
microempresas	71 2.1.4.4.
cooperativas de trabalho	71 2.1.4.5.
regularidade fiscal	72 2.1.4.6.
consulta ao PROCON	72 2.1.5.
o ramo de atividade do licitante e a pertinência com o objeto	73 2.1.6.
alterações	74 2.1.7.
a exibição do convite ao público	74 2.1.7.1.
a participação de interessados que não foram convidados	74 2.1.7.2.
extensão de convite a cadastrados com desempenho insatisfatório	76 2.1.7.3.
praça com mais de três possíveis interessados	76 2.1.7.4.
limitações do mercado ou desinteresse dos convidados	78 2.1.7.5.
2.1.7.5.1. limitações do mercado	78
2.1.7.5.2. manifesto desinteresse dos convidados	79
publicação do convite na imprensa	81 2.1.8.
justificativa nos autos do processo	82 2.1.9.
ausência de justificativa	83 2.1.10.
três propostas válidas.....	84 2.1.11.
expedição e recebimento	85 2.1.11.1.
não obtenção das três propostas válidas	85 2.1.11.2.
três propostas válidas no total dos itens	86 2.1.11.3.
faixa de valores	87 2.1.12.
comissão ou apenas um servidor	87 2.1.13.
prazo	87 2.1.14.
Tomada de preços	88 2.2.
noções gerais	88 2.2.1.
conceito legal	88 2.2.2.
inovações	88 2.2.3.
licitantes não cadastrados	88 2.2.3.1.
limitação à exigência de documentos dos licitantes não cadastrados.....	91 2.2.3.2.
outras peculiaridades.....	92 2.2.3.3.
prazo	92 2.2.4.
uso de tomada de preços para contratações na faixa de convite	92 2.2.5.
Concorrência	93 2.3.
noções gerais	93 2.3.1.
conceito legal	93 2.3.2.
uso de concorrência na faixa de preços inferiores	94 2.3.3.

inexistência de limite superior de preço para sua utilização	94 2.3.4.
prazo	94 2.3.5.
licitações internacionais	94 2.3.6.
licitações para imóveis	95 2.3.7.
regra geral	95 2.3.7.1.
leilão – uso limitado	95 2.3.7.2.

CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 11

pregão reverso	95 2.3.7.3.
limite para habilitação – recolhimento de quantia	95 2.3.7.4.
cessão de espaço para uso de atividades acessórias	96 2.3.7.5.
pregão reverso	97 2.3.8.
Concurso	98 2.4.
conceito legal	98 2.4.1.
distinção entre concurso público modalidade de licitação e concurso para ocupação de cargo ou 2.4.2. emprego	99
inovações	100 2.4.3.
prazo	101 2.4.4.
a execução do serviço é posterior?	101 2.4.5.
serviços técnico-profissionais e notória especialização	102 2.4.6.
serviços advocatícios	103 2.4.7.
serviços artísticos	106 2.4.8.
consultoria	106 2.4.9.
regulamentação no Código do Maranhão	107 2.4.10.
Leilão	107 2.5.
conceito legal	107 2.5.1.
limite de valor	108 2.5.2.
bens penhorados	108 2.5.3.
disciplinamento específico para divulgação	110 2.5.4.
pregão reverso para alienação	111 2.5.5.
Pregão	111 2.6.
conceito legal	112 2.6.1.
características do pregão	112 2.6.2.
objeto do pregão	113 2.6.3.
Critérios para definir a modalidade a ser utilizada	114 2.7.
critério quantitativo	114 2.7.1.
parcelamento	115 2.7.1.1.
2.7.1.1.1. breve histórico	115
2.7.1.1.2. a operacionalização do parcelamento	116
2.7.1.1.2.1. considerar a totalidade da compra, obra ou serviço – art. 8º	116
2.7.1.1.2.2. à luz dos critérios técnicos disponíveis, dividir o objeto	117
2.7.1.1.2.3. à luz dos critérios econômicos, juntar ou não o parcelamento	117
2.7.1.1.3. item e produto – diferença	117
2.7.1.1.4. solução integrada	117
2.7.1.1.5. precedentes sobre parcelamento	119
2.7.1.1.6. modalidade de licitação decorrente do parcelamento.....	121
parcelamento e fracionamento	123 2.7.1.2.

contratos de serviços contínuos ou que ultrapassem um exercício	123 2.7.1.3.
2.7.1.3.1. coincidindo o término com o exercício financeiro:	124
2.7.1.3.2. ajustando-se o contrato para duração de ano a ano:	124
2.7.1.3.3. proposta de nova sistemática	125
2.7.1.3.4. pelo tempo necessário à amortização dos investimentos e custos de mobilização	125

12 J. U. JACOBY FERNANDES

2.7.1.3.5. demonstração da vantagem na prorrogação	125
2.7.1.3.6. Lei de Responsabilidade Fiscal	125
superveniência de fatos novos	126 2.7.1.4.
2.7.1.4.1. preços superiores aos estimados	126
2.7.1.4.2. execução do contrato e modificação das necessidades.....	127
2.7.1.4.3. jurisprudência	127
2.7.1.4.3.1. inobservância da modalidade por fracionamento de despesa	128
2.7.1.4.3.2. inobservância da modalidade – por descentralização	129
2.7.1.4.3.3. inobservância da modalidade – prazo entre uma licitação e outra	130
2.7.1.4.4. conclusão parcial sobre parcelamento e fracionamento	130
critério qualitativo	131 2.7.2.
imóveis	131 2.7.2.1.
2.7.2.1.1. direito real de uso	132
2.7.2.1.1.1. conceito	132
2.7.2.1.1.2. imóveis da União	132
2.7.2.1.1.3. jurisprudência	133
2.7.2.1.1.4. Estatuto da Cidade	133
2.7.2.1.2. autorização de uso	134
2.7.2.1.3. permissão de uso	135
2.7.2.1.4. cessão de uso	136
2.7.2.1.5. concessão de uso	137
2.7.2.1.6. uso de imóvel como objeto acessório de outro contrato	137
2.7.2.1.6.1. agência bancária	139
2.7.2.1.6.2. lanchonete e restaurante	139
2.7.2.1.6.3. produtos de reprografia	140
licitações internacionais	140 2.7.2.2.
bens móveis inservíveis	141 2.7.2.3.
produtos legalmente apreendidos	141 2.7.2.4.
produtos penhorados	141 2.7.2.5.
trabalhos técnicos, científicos e artísticos	141 2.7.2.6.
serviços técnicos profissionais	141 2.7.2.7.
sistema de registro de preços.....	141 2.7.2.8.
Características de cada modalidade e a forma do procedimento	141 2.8.

CAPÍTULO 3 – CONTRATAÇÃO DIRETA: UMA VISÃO GERAL

Licitação: regra ou exceção?	148 3.1.
demonstrativo das despesas licitadas – exercício de 1990	148 3.1.1.
despesa não-aplicável	148 3.1.1.1.
despesa aplicável ao procedimento de licitação	149 3.1.1.2.
Gestão do tesouro – despesas de 1995 e 2005	149 3.1.2.

Poder Executivo – evolução da despesa aplicável de 2003 a 2013	151 3.1.3.
despesa do Poder Executivo por modalidade de licitação	151 3.1.4.
quadro comparativo por ano – 2003 a 2009	151 3.1.4.1.
demonstrativo da variação por modalidade – ano de 2011	152 3.1.4.2.
comparativo por Ministério ou órgão equivalente – 2003 a 2012	154 3.1.4.3.

CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 13

Licitação dispensada, dispensável e inexigível – distinções	155 3.2.
Nos casos de contratação direta previstos em Lei é permitido licitar?	157 3.3.
Outros casos em que se discute a possibilidade de contratação direta	158 3.4.
aquisição de bens móveis em consórcio – ilegalidade	158 3.4.1.
concessão, permissão e autorização de serviços públicos.....	159 3.4.2.
noções	159 3.4.2.1.
disciplinamento constitucional	160 3.4.2.2.
concessão	161 3.4.2.3.
permissão	163 3.4.2.4.
autorização	164 3.4.2.5.
delegação de serviços públicos de forma direta, sem licitação	165 3.4.2.6.
contratação de leiloeiro oficial	168 3.4.3.
publicidade legal	170 3.4.4.
Critérios para auditoria	170 3.5.

CAPÍTULO 4 –ALIENAÇÃO DE BENS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO

173	
Bens públicos relacionados à produção e ao fornecimento de energia elétrica .	175 4.1.
Requisitos gerais para alienação de bens da Administração	175 4.2.
interesse público.....	176 4.2.1.
avaliação prévia	176 4.2.2.
licitação	178 4.2.3.
4.2.3.1 parcelamento	179
Alienação de bens sem licitação.....	179 4.3.
inviabilidade de competição	179 4.3.1.
espaços para agências bancárias oficiais	180 4.3.1.1.
lanchonetes, restaurantes, agências de viagem e outros	180 4.3.1.2.
licitação dispensável	181 4.3.2.
Alienação de bens imóveis – noções gerais.....	182 4.4.
conceito de imóveis – noções gerais	182 4.4.1.
imóveis da União	183 4.4.2.
requisitos gerais para a alienação de imóveis	183 4.4.3.
Exigência de lei para alienação	184 4.5.
competência legislativa	184 4.5.1.
ausência de lei autorizadora – consequências	185 4.5.2.
alienabilidade condicional – possibilidade restrita	186 4.5.3.
dispensa de lei autorizadora – entidade paraestatal.....	187 4.5.4.
entidade paraestatal – conceito	187 4.5.4.1.
entidade paraestatal – intermediadora de venda	188 4.5.4.2.
restrições legislativas à alienação	189 4.5.5.
dispensa de lei autorizadora – Amazônia legal	189 4.5.6.

Licitação dispensada para imóveis	189 4.6.
a licitação dispensada e o direito de preferência	189 4.6.1.

14 J. U. JACOBY FERNANDES

direito de preferência definido em lei	190 4.6.1.1.
4.6.1.1.1 Estatuto da Cidade	191
4.6.1.1.2 Código de Licitação do Maranhão	191
4.6.1.1.3 Lei Federal para área de São Bartolomeu	192
4.6.1.1.4 imóveis da RFSA	193
4.6.1.1.5 imóveis do INSS	193
4.6.1.2 do dever de indenizar benfeitores.....	193
alínea “a” – dação em pagamento	195 4.6.2.
4.6.2.1 conceito	195
4.6.2.2 a questão do precatório	195
4.6.2.3 interesse público	196
alínea “b” – doação	197 4.6.3.
4.6.3.1 doação – noções	197
4.6.3.2 doação de imóvel – restrições	198
4.6.3.3 decisão do Supremo Tribunal Federal	198
4.6.3.4 reversão de doação e a decisão do STF.....	199
4.6.3.5 doação com encargo	200
4.6.3.5.1 doação com encargo – bens móveis e imóveis	200
4.6.3.5.2 doação com encargo – licitação obrigatória	200
4.6.3.5.3 doação com encargo para particular	201
4.6.3.5.4 doação com encargo – procedimentos complementares	202
4.6.3.5.5 encargos da doação e a lei autorizadora	202
4.6.3.5.6 doação com encargo e a hipoteca	203
alínea “c” – permuta por outro imóvel	203 4.6.4.
4.6.4.1 eficácia suspensa pelo STF	204
4.6.4.2 despesas da permuta	205
4.6.4.3 imóveis da Administração sem registro cartorário	205
4.6.4.4 imóvel por móvel - restrição à permuta	205
4.6.4.5 requisitos do imóvel pretendido pela Administração	206
alínea “d” – investidura	207 4.6.5.
4.6.5.1 art. 17, §3º	207
4.6.5.2 requisitos legais	207
4.6.5.3 imóvel inaproveitável ou dispensável na execução de hidrelétricas	208
4.6.5.4 valor superior ao limite legal	209
4.6.5.5 mais de um interessado	210
alínea “e” – venda a outro órgão ou entidade pública	210 4.6.6.
requisitos	211 4.6.6.1.
interveniência de corretor de imóveis	211 4.6.6.2.
alínea “f” – programa habitacional e de regularização fundiária	211 4.6.7.
requisitos	213 4.6.7.1.
avaliação prévia e lei autorizadora	213 4.6.7.2.
natureza da operação	213 4.6.7.3.
finalidade habitacional e fundiária	214 4.6.7.4.

princípio da impessoalidade	215 4.6.7.5.
alínea “g” – ocupantes de terras devolutas	215 4.6.8.
desnecessidade de lei autorizadora - condições	216 4.6.8.1.

CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 15

alínea “h” – imóveis de uso comercial, para regularização fundiária	217 4.6.9.
requisitos	217 4.6.9.1.
avaliação prévia e lei autorizadora	218 4.6.9.2.
finalidade - programa de regularização fundiária de interesse social	218 4.6.9.3.
princípio da impessoalidade	218 4.6.9.4.
alínea “i” – terras públicas rurais na Amazônia legal	218 4.6.10.
art. 17, §2º - imóveis para outro órgão público ou área rural na Amazônia Legal	219 4.6.11.
noções	219 4.6.11.1.
concessão de direito real de uso	220 4.6.11.2.
requisitos	221 4.6.11.3.
outorga de título de propriedade	222 4.6.11.4.
Licitação dispensada para bens móveis	223 4.7.
conceito de bens móveis	223 4.7.1.
alínea “a” – doação para fins e uso de interesse social	223 4.7.2.
finalidade e uso	224 4.7.2.1.
bens característicos da Administração	224 4.7.2.2.
oportunidade e conveniência socioeconômica	225 4.7.2.3.
impossibilidade de atender aos requisitos	225 4.7.2.4.
alínea “b” – permuta entre órgãos ou entidades da Administração	226 4.7.3.
decisão do Supremo Tribunal Federal	226 4.7.3.1.
despesas da permuta	227 4.7.3.2.
móvel permutado por imóvel	227 4.7.3.3.
alínea “c” – venda de ações em bolsa	227 4.7.4.
legislação específica.....	228 4.7.4.1.
bolsa de valores	228 4.7.4.2.
programa nacional de desestatização	229 4.7.4.3.
publicidade nas operações da bolsa	229 4.7.4.4.
jurisprudência	229 4.7.4.5.
alínea “d” - venda de títulos	230 4.7.5.
legislação pertinente - competência concorrente	231 4.7.5.1.
alínea “e” - venda por órgãos ou entidades da Administração	231 4.7.6.
noção	232 4.7.6.1.
dispositivos correlacionados	233 4.7.6.2.
produção e comercialização de bens pela Administração	233 4.7.6.3.
finalidade do órgão ou entidade como requisito	234 4.7.6.4.
insumos para a produção – meios bélicos	234 4.7.6.5.
alínea “f” - venda para outros órgãos ou entidades	234 4.7.7.
peculiaridades do contrato	235 4.7.7.1.

CAPÍTULO 5 –DISPENSA DE LICITAÇÃO

237	
Obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite do convite	240 5.1.
noções	240 5.1.1.

valor da obra ou serviço	241 5.1.2.
serviços de engenharia	241 5.1.3.
modificações do valor pelo reajuste ou alteração da obra ou serviço	242 5.1.4.
16 J. U. JACOBY FERNANDES	
valor de mercado	243 5.1.5.
parcelas realizáveis conjunta ou concomitantemente	244 5.1.6.
mesma natureza e local - realizável conjunta ou concomitante	247 5.1.7.
parágrafo primeiro do art. 24	248 5.1.8.
valores máximos	249 5.1.8.1.
inalterabilidade dos requisitos dos incisos I e II	249 5.1.8.2.
destinatários	250 5.1.8.3.
dispositivos correlatos	250 5.1.9.
Serviços e compras até 10% do convite	251 5.2.
compras e serviços	252 5.2.1.
treinamento	254 5.2.2.
alienações	255 5.2.3.
impessoalidade	255 5.2.4.
empenho com garantia de pagamento contra entrega	256 5.2.5.
dispositivos correlatos	257 5.2.6.
De guerra ou grave perturbação da ordem	257 5.3.
guerra	258 5.3.1.
grave perturbação da ordem	259 5.3.2.
requisitos	260 5.3.3.
dispositivos correlatos	261 5.3.4.
De emergência ou calamidade pública	261 5.4.
noções	261 5.4.1.
emergência	261 5.4.2.
calamidade	263 5.4.3.
imprevisibilidade	265 5.4.4.
imprevisibilidade e contingenciamento do orçamento	268 5.4.5.
ação dos Tribunais de Contas	269 5.4.5.1.
estrutura de custos e planejamento	270 5.4.5.2.
risco iminente	270 5.4.6.
limitação do objeto	271 5.4.7.
limitação temporal	272 5.4.8.
prazo do contrato	272 5.4.8.1.
prorrogação do contrato	273 5.4.8.2.
requisitos para a validade da contratação direta	274 5.4.9.
projeto básico	276 5.4.9.1.
contrato provisório – demora na apreciação judicial	277 5.4.10.
boas práticas - manualização de rotina	280 5.4.11.
Licitação deserta/fracassada que não pode ser repetida	281 5.5.
noções e requisitos	281 5.5.1.
licitação anterior	281 5.5.2.
ausência de interesse	283 5.5.3.
risco de prejuízos	283 5.5.4.

evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta	284 5.5.5.
CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 17	
imutabilidade das condições anteriormente ofertadas	284 5.5.6.
quando a licitação anterior foi convite	285 5.5.7.
todos da localidade estão em débito com a seguridade social	286 5.5.7.1.
dispositivos correlatos	287 5.5.8.
bens públicos - concessão e permissão de energia elétrica	287 5.5.9.
processo de dispensa	288 5.5.10.
Intervenção no domínio econômico	288 5.6.
dispositivos correlatos	291 5.6.1.
Preços manifestamente superiores aos de mercado	291 5.7.
requisitos	291 5.7.1.
ocorrência de licitação anterior	292 5.7.2.
apresentação de propostas	293 5.7.3.
momento da verificação dos preços das propostas	294 5.7.4.
a licitação e os cartéis	295 5.7.5.
os cartéis	296 5.7.5.1.
a licitação	297 5.7.5.2.
o que pode ser feito?	299 5.7.5.3.
prejuízo decorrente de superfaturamento	302 5.7.5.4.
dispositivos correlatos	304 5.7.6.
tipos e modalidades de licitação	304 5.7.7.
Aquisição de bens ou serviços de órgão ou entidade pública	305 5.8.
noções	305 5.8.1.
requisitos	307 5.8.2.
contratante: pessoa jurídica de direito público interno	307 5.8.2.1.
contratado: órgão ou entidade integrada à Administração Pública	308 5.8.2.2.
5.8.2.2.1. contratado: prestador de serviço público delegado	309
5.8.2.2.2. contratação entre unidades da federação	310
contratado criado para o fim específico do objeto	312 5.8.2.3.
criação anterior à Lei nº 8.666/1993	316 5.8.2.4.
5.8.2.4.1. exceção para produção de produtos estratégicos do SUS	316
preço compatível com o mercado	317 5.8.2.5.
constitucionalidade do inciso	319 5.8.3.
entidade que explora atividade econômica	319 5.8.3.1.
Segurança nacional	320 5.9.
comprometimento da segurança nacional	321 5.9.1.
caso SIVAM e financiamento externo	322 5.9.2.
casos estabelecidos em decreto do Presidente da República	322 5.9.3.
audiência do Conselho de Defesa Nacional	323 5.9.4.
Decreto nº 2.295/1997	323 5.9.5.
dispositivos correlatos	324 5.9.6.
Compra ou locação de imóvel para finalidades precípuas da Administração	324 5.10.
necessidade de instalação e localização condicionando a escolha	325 5.10.1.
finalidades precípuas da Administração	325 5.10.2.

avaliação prévia e compatibilidade de preços.....	326 5.10.3.
legislação correlata	328 5.10.4.
chamamento público – boa prática	329 5.10.4.1.
prorrogação da locação	329 5.10.4.2.
sujeitos da locação	330 5.10.4.3.
locação sob medida – “built to suit”	331 5.10.5.
espécies de locação sob medida de imóvel	331 5.10.5.1.
pacificação do entendimento	332 5.10.5.2.
locação de ativos	333 5.10.6.
Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	334 5.11.
noções	334 5.11.1.
vinculação à proposta do licitante vencedor	335 5.11.2.
prazo de validade da proposta do licitante.....	335 5.11.3.
requisitos	335 5.11.4.
existência de licitação anterior	335 5.11.4.1.
contratação do objeto com o licitante vencedor	336 5.11.4.2.
observância da ordem de classificação da licitação	336 5.11.4.3.
contratação de remanescente	338 5.11.4.4.
condições e preço do licitante vencedor.....	339 5.11.4.5.
alteração do objeto	340 5.11.5.
modalidade pregão	341 5.11.6.
remanescentes no Regime Diferenciado de Contratação	341 5.11.7.
projetos e metodologias diferentes – problemas	342 5.11.7.1.
Projetos e metodologias diferentes – soluções	343 5.11.7.2.
Hortifrutigranjeiros, pão e perecíveis	343 5.12.
noções	343 5.12.1.
requisitos	344 5.12.2.
o requisito temporal	344 5.12.2.1.
requisitos do objeto	346 5.12.2.2.
preço do dia	346 5.12.2.3.
Instituição brasileira de pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou 5.13.dedicada à recuperação social do preso	348
noções	348 5.13.1.
requisitos	349 5.13.2.
instituição brasileira	349 5.13.2.1.
5.13.2.1.1. instituição	349
5.13.2.1.2. nacionalidade brasileira	350
5.13.2.1.3. instituição pública de outra esfera de governo	350
estatuto ou regimento e objetivo da instituição	351 5.13.2.2.
5.13.2.2.1. dedicação à pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional	351
5.13.2.2.2. instituição para serviço de seleção e concurso	351
5.13.2.2.3. concurso público	353
5.13.2.2.3.1. taxa de inscrição	353
5.13.2.2.4. desenvolvimento institucional	354
5.13.2.2.5. fundações de apoio.....	356

5.13.2.2.6. recuperação social do preso	359
5.13.2.2.7. pesquisa energética	360
5.13.2.2.7.1. empresa e instituição – licitação	360
inquestionável reputação ético-profissional	362
reputação ético-profissional e notória especialização	363
objeto do contrato	365
contratado sem fins lucrativos	367
viabilidade de competição	367
dispositivos correlatos	368
preço	369
limites à terceirização.....	370
Bens ou serviços nos termos de acordo internacional	370
noções	370
alcance da dispensa	371
requisitos	371
dispositivos correlatos	375
Obras de arte e objetos históricos	376
noções	376
objeto	376
compras	376
restauração e dispositivos correlatos	379
contratante	381
Impressão oficial e serviços de informática	382
noções	382
requisitos	383
Manutenção de equipamentos durante a garantia	387
noções	387
requisitos	388
objeto	389
componente necessário à manutenção do equipamento	390
período de garantia técnica	391
fornecedor original do equipamento	392
aquisição junto ao fornecedor original e a condição da garantia	393
peças genuínas	393
dispositivos correlatos	395
Abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas em deslocamento	395
noções	396
requisitos	396
contratante responsável pelo abastecimento	396
localização em caráter eventual	397
a necessidade do abastecimento	399
tempo exigido para o processo licitatório	399
limite do valor.....	400
20 J. U. JACOBY FERNANDES	
Materiais de uso pelas Forças Armadas.....	401

noções	401 5.19.1.
requisitos	402 5.19.2.
objeto do contrato	402 5.19.2.1.
material de uso pessoal e administrativo	403 5.19.2.2.
manutenção da padronização	403 5.19.2.3.
padronização impositiva.....	404 5.19.2.4.
parecer de comissão instituída por decreto	404 5.19.2.5.
Associação de portadores de deficiência física	405 5.20.
noções	405 5.20.1.
requisitos	406 5.20.2.
qualificação do contratado	407 5.20.2.1.
o objeto do contrato.....	407 5.20.2.2.
restrições ao contratante	408 5.20.2.3.
5.20.2.3.1. contratação eventual	409
5.20.2.3.2. contratação não eventual - terceirização	410
preço	413 5.20.2.4.
Bens para pesquisas científica e tecnológica	414 5.21.
noções	414 5.21.1.
objeto	415 5.21.2.
Fornecimento ou suprimento de energia elétrica	416 5.22.
noções	416 5.22.1.
requisitos	417 5.22.2.
Subsidiárias e controladas de estatais	419 5.23.
noções	420 5.23.1.
requisitos	421 5.23.2.
contratante	421 5.23.2.1.
contratada – subsidiária ou controlada	422 5.23.2.1.
objeto	424 5.23.2.2.
preço	424 5.23.2.3.
Organizações sociais	424 5.24.
noções	425 5.24.1.
decisão do STF	425 5.24.1.1.
organização social no aparelho do Estado	426 5.24.1.2.
efeitos da decisão do STF.....	429 5.24.1.3.
OS e OSCIP	429 5.24.1.4.
requisitos	430 5.24.2.
contratante	431 5.24.2.1.
contratado	431 5.24.2.2.
objeto	431 5.24.2.3.
5.24.2.3.1. viabilidade de competição	431
5.24.2.3.2. notória especialização	432
aplicabilidade do instituto da licitação e as organizações sociais	432 5.24.3.
CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 21	
ICT e agência de fomento	433 5.25.
considerações iniciais	434 5.25.1.
conceituações	434 5.25.2.

requisitos	434 5.25.3.
Consórcio público e convênio de cooperação	435 5.26.
noções	435 5.26.1.
divergência doutrinária quanto à natureza jurídica do instituto	436 5.26.2.
requisitos	436 5.26.3.
Resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	437 5.27.
noções	437 5.27.1.
requisitos	437 5.27.2.
titularidade do contratante	437 5.27.2.1.
requisitos constantes do dispositivo	438 5.27.2.2.
criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	438 5.27.2.3.
considerações finais	438 5.27.3.
Alta complexidade tecnológica e defesa nacional	438 5.28.
considerações iniciais	439 5.28.1.
do incentivo a pesquisa científica e tecnológica	440 5.28.2.
requisitos	440 5.28.3.
Contingentes militares em operações de paz no exterior	441 5.29.
noções	441 5.29.1.
dispositivos correlatos	442 5.29.2.
requisitos	442 5.29.3.
Serviços para PRONATER e reforma agrária	443 5.30.
requisitos	444 5.30.1.
operacionalização da contratação	446 5.30.2.
Incentivos à inovação e pesquisa	446 5.31.
noções	447 5.31.1.
dispositivos correlatos	447 5.31.2.
requisitos	448 5.31.3.
requisitos vinculados ao art. 3º	448 5.31.3.1.
requisitos vinculados ao art. 4º	449 5.31.3.2.
requisitos vinculados ao art. 5º	452 5.31.4.
noções	452 5.31.4.1.
sociedade de propósito específico	452 5.31.4.2.
relações entre a SPE e a instituidora	454 5.31.4.3.
requisitos vinculados ao art. 20	455 5.31.4.4.
Produtos estratégicos para o SUS	457 5.32.
Água e alimento para regiões de seca	458 5.33.
Insumos estratégicos para a saúde	459 5.34.
noções	460 5.34.1.
críticas gerais à criação de nova dispensa de licitação	460 5.34.1.1.
22 J. U. JACOBY FERNANDES	
inconstitucionalidade pela exploração de atividade econômica	460 5.34.1.2.
inconstitucionalidade pela restrição por data de criação do contratado.....	460 5.34.1.3.
contratante – quem pode usar esta dispensa	460 5.34.2.
contratado – fundação	460 5.34.3.
restrições à pessoa do contratado	461 5.34.3.1.
5.34.3.1.1. restrições pertinentes à data de criação	461

5.34.3.1.2. restrições sobre a finalidade	462
objeto	462 5.34.4.
preço	462 5.34.5.

CAPÍTULO 6 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 463

Inviabilidade de competição e a inexigibilidade	466 6.1.
Casos amparados no caput do art. 25	467 6.2.
inviabilidade de competição por contratação de todos	467 6.2.1.
todos os que satisfaçam às condições exigidas	468 6.2.1.1.
impessoalidade na definição da demanda, por contratado	468 6.2.1.2.
que o objeto satisfaça a forma definida no edital	468 6.2.1.3.
que o preço de mercado seja razoavelmente uniforme	468 6.2.1.4.
credenciamento de serviço médico	468 6.2.1.5.
credenciamento para treinamento	470 6.2.1.6.
credenciamento para serviços jurídicos	471 6.2.1.7.
credenciamento para execução de créditos hipotecários	471 6.2.1.8.
credenciamento para cobrança da dívida ativa	472 6.2.1.9.
credenciamento para passagem aérea	472 6.2.1.10.
tipos de credenciamento	472 6.2.1.11.
6.2.1.11.1. credenciamento no RDC: pré-qualificação permanente	472
atividades em monopólio	473 6.2.2.
vale-transporte	475 6.2.3.
credenciamento – boa prática	475 6.2.3.1.
serviços de manutenção - elevadores e central telefônica	476 6.2.4.
curios de treinamento - aberto e fechado	478 6.2.5.
direitos autorais	479 6.2.6.
convênio	481 6.2.7.
tradutor e intérprete	483 6.2.8.
peritos designados pela Justiça	483 6.2.9.
patrocínio cultural	484 6.2.10.
patrocínio e publicidade	484 6.2.11.
publicidade legal	486 6.2.12.
depósito judicial - ato discricionário - contrapartida de vantagens	488 6.2.13.
membro de banca examinadora de concurso	489 6.2.14.
outros	489 6.2.15.
água e esgoto	489 6.2.15.1.
arte para presente	489 6.2.15.2.
arquivos deslizantes	489 6.2.15.3.
cessão de uso de espaço para associação	490 6.2.15.4.
CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 23	
equipamentos	490 6.2.15.5.
hospedagem	490 6.2.15.6.
jornais, revistas e publicidade	491 6.2.15.7.
pagamento de pessoal	491 6.2.15.8.
selos	491 6.2.15.9.
sistema de segurança bancária	491 6.2.15.10.

arrecadação de tributos	491 6.2.15.11.
vedação ao uso do art. 25, caput	492 6.2.16.
energia elétrica	492 6.2.16.1.
Fornecedor exclusivo	492 6.3.
noções	493 6.3.1.
requisitos	493 6.3.2.
o objeto do contrato	494 6.3.2.1.
a possibilidade jurídica de indicar marcas	495 6.3.2.2.
boas práticas	501 6.3.2.3.
6.3.2.3.1. exigência de amostras do produto	502
6.3.2.3.2. padronização de produtos e marcas	503
6.3.2.3.3. caderno de especificações e as built	505
6.3.2.3.4. banco de qualidade.....	506
6.3.2.3.5. requisitos do contratado	507
a exclusividade deve ser aferida só no local?	508 6.3.2.4.
atestado e certidão: forma de comprovação	510 6.3.2.5.
6.3.2.5.1. certidão emitida por junta comercial	511
6.3.2.5.2. certidões de sindicatos e entidades patronais	512
entidades equivalentes	514 6.3.2.6.
atestado falso - consequências	516 6.3.2.7.
Singularidade do objeto com notória especialização	518 6.4.
noções	519 6.4.1.
projetos arquitetônicos	519 6.4.1.1.
requisitos	520 6.4.2.
a inviabilidade de competição	521 6.4.2.1.
objeto do contrato	521 6.4.2.2.
serviço técnico e serviço técnico profissional especializado	522 6.4.2.3.
serviço técnico profissional especializado e o art. 13	523 6.4.2.4.
a singularidade do serviço pretendido	523 6.4.2.5.
6.4.2.5.1. serviços advocatícios	529
6.4.2.5.1.1. atividades permanentes e do plano de carreira	530
6.4.2.5.1.2. singularidade em vários processos	531
6.4.2.5.1.3. manutenção do contrato irregular	532
6.4.2.5.1.4. discricionariedade e confiança	533
6.4.2.5.1.5. subcontratação	535
6.4.2.5.1.6. substabelecimento	535
6.4.2.5.2. serviços de publicidade e divulgação	535
6.4.2.5.3. a publicidade e a divulgação dos editais	536
6.4.2.5.4. treinamento	538
24 J. U. JACOBY FERNANDES	
6.4.2.5.5. informática – software	540
6.4.2.5.6. ativos fiscais	542
requisitos do contratado	544 6.4.2.6.
6.4.2.6.1. a habilitação.....	544
6.4.2.6.2. a especialização	544
6.4.2.6.3. a notória especialização	545
a essencialidade da contratação e a viabilidade de competição	548 6.4.2.7.

a notória especialização, a singularidade e a exclusividade	549 6.4.2.8.
Artista	550 6.5.
requisitos	552 6.5.1.
objeto	552 6.5.1.1.
contratação direta ou por empresário	554 6.5.1.2.
forma de comprovação do vínculo	555 6.5.1.1.
consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública	555 6.5.1.2.
amplitude geográfica da consagração	557 6.5.1.3.
preço	557 6.5.1.4.
CAPÍTULO 7 – PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA	559
Processos de contratação direta	561 7.1.
Fases do procedimento	563 7.2.
Instrução do processo	566 7.3.
formalidades.....	567 7.3.1.
formalidades e controle	568 7.3.1.1.
conteúdo	569 7.3.2.
parecer técnico ou jurídico	570 7.3.3.
parecer técnico	570 7.3.3.1.
parecer jurídico	571 7.3.3.2.
Justificativa da contratação direta	573 7.4.
Justificativa da escolha do contratado	575 7.5.
Justificativa do preço.....	577 7.6.
planilha de custos	577 7.6.1.
inviabilidade de competição e preço	579 7.6.2.
para os incisos I e II do art. 24	581 7.6.3.
para os incisos do art. 17	581 7.6.4.
parâmetro de preço	582 7.6.5.
é necessária a referência de preços	584 7.6.5.1.
o preço adequado é o praticado no âmbito dos órgãos públicos	585 7.6.5.2.
registro de preços	586 7.6.6.
Superfaturamento – responsabilidade e ressarcimento	587 7.6.7.
Validade da proposta	589 7.7.
Comunicação à autoridade superior	590 7.8.
Boa prática – valor de alçada	591 7.8.1.
Contagem do prazo para ratificação	591 7.8.2.
CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO 25	
Ratificação pela autoridade superior	592 7.9.
Publicação	592 7.10.
Veículo de publicação da ratificação	593 7.10.1.
Conteúdo da publicação da ratificação	594 7.10.2.
Divulgação pela Lei nº 9.755/1998	595 7.10.3.
Observações sobre o contrato sem prévia licitação	595 7.11.
Eficácia do contrato	595 7.11.1.
direitos de quem seria o futuro contratado	595 7.11.2.
é necessário formalizar o ajuste mediante contrato?	596 7.11.3.

é obrigatório publicar o contrato ou substitutivo?	597 7.11.4.
alterabilidade dos contratos decorrentes de contratação direta	597 7.11.5.
alteração do objeto	598 7.11.5.1.
alteração do preço.....	598 7.11.5.2.
alteração do prazo	599 7.11.5.3.
alteração da forma de pagamento	599 7.11.5.4.
subcontratação na contratação direta	600 7.11.6.
deveres do proponente	600 7.11.7.
a visão do contratado	601 7.11.8.
colaborador/contratado	601 7.11.8.1.
preço do contrato	602 7.11.8.2.
manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	605 7.11.8.3.
ÍNDICE DE ASSUNTOS	607